

© André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga,  
Maria Asensio, José Santana Pereira e Helena Belchior Rocha (orgs.), 2023

André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga,  
Maria Asensio, José Santana Pereira e Helena Belchior Rocha (orgs.)  
**Da Austeridade à Pandemia. Portugal e a Europa Entre as Crises e as Inovações**

Primeira edição: setembro de 2023  
Open-Access

ISBN: 978-989-8536-89-1

Composição em caracteres Palatino, corpo 10  
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso  
Capa: Lina Cardoso  
Fotos da capa: Livino Neto e Portuguese Gravity (free to use under the unsplash license)

Revisão de texto: Ana Valentim

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

**Editora Mundos Sociais**, CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,  
Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa  
Tel.: (+351) 210 464 410  
E-mail: [editora.cies@iscte-iul.pt](mailto:editora.cies@iscte-iul.pt)  
Site: <http://mundossociais.com>

## Capítulo 10

# As associações de cultura, recreio e desporto no quadro da pandemia de covid-19

## Os casos dos concelhos do Barreiro e de Loures

*Jéssica Chainho Pereira, Luana do Rocio Tabora e Sérgio Pratas*

### Introdução

Em terras portuguesas, a transição democrática caracterizou-se enquanto momento crítico basilar, significando um grande florescimento de movimentos da sociedade civil, principalmente daquelas associações que já possuíam maior enraizamento no tecido social.<sup>1</sup>

No caso das associações de cultura, recreio e desporto, os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019) demonstram que estas constituem o principal tipo associativo, somando quase metade do total de organizações da economia social, estando ao mesmo tempo entre as mais antigas.

Embora se apresentem enquanto protagonistas da sociedade civil portuguesa, com grande capital social e capacidades de adaptação e envolvimento coletivo, este tipo associativo não está imune às crises advindas de diferentes direções. É o caso da pandemia de covid-19, que trouxe devastadores impactos no plano global, e que veio a agravar, no contexto das associações de cultura, recreio e desporto portuguesas, problemas e dificuldades pré-existentes. Como apresenta Gama (2020: 175), “no que concerne ao setor cultural, tornou-se óbvio desde muito cedo que a imunidade à pandemia não estava assegurada”. Neste âmbito, quer representantes da Comissão para a Cultura e a Educação do Parlamento Europeu, como os ministros da Cultura alertaram para a crítica situação do setor cultural e criativo, como resultado do forte impacto das medidas restritivas aplicadas, bem como a relevância de se valorizar e apoiar a cultura para ultrapassar a crise consequente em vários outros sectores de atividade (*ibidem*).

O presente capítulo pretende identificar os principais impactos da pandemia de covid-19 nas associações de cultura, recreio e desporto de Portugal. Para isso, foram utilizados dados de fontes secundárias recolhidos pela Associação das

---

1 Os autores agradecem a disponibilização de informação por parte da Associação das Coletividades do Concelho do Barreiro e da Associação das Coletividades do Concelho de Loures, bem como o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Coletividades do Concelho do Barreiro (ACCB) e pela Associação das Coletividades do Concelho de Loures (ACCL), duas estruturas descentralizadas da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD). Por sua vez, os concelhos analisados na Área Metropolitana de Lisboa têm um movimento associativo forte e dinâmico, nos quais foram desenvolvidos inquéritos e entrevistas semi-diretivas sobre a situação das organizações associativas decorrente da crise pandémica.

O estudo é, assim, composto por três partes principais, além da introdução, conclusão e referências. A primeira apresenta os efeitos das associações de cultura, recreio e desporto, através de discussão da literatura especializada, marcos legais e depoimentos de dirigentes associativos, examinando como a narrativa da crise nas associações populares se intensificou com a pandemia da covid-19. A segunda trata da metodologia utilizada, o processo de recolha e de tratamento dos dados, destacando a relevância de estudos de casos e dos inquéritos desenvolvidos e aplicados pelo próprio movimento associativo popular (MAP).<sup>2</sup> E a terceira (e principal) subdivide-se em duas e apresenta os dados recolhidos quanto ao impacto da pandemia de covid-19 nas associações de cultura, recreio e desporto, além de identificar os apoios (públicos e privados) atribuídos durante o período da pandemia.

## **As associações de cultura, recreio e desporto**

### *Os efeitos das associações de cultura, recreio e desporto*

As associações de cultura, recreio e desporto são associações de integração social (Viegas, 2014: 43-44), com uma longa existência em Portugal — mais de dois séculos (Leitão *et al.*, 2009: 76). E são associações que fazem parte da denominada economia social — ver artigo 4.º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio.

Este tipo associativo constitui atualmente a maior “família” associativa em Portugal — e também a maior “família” da economia social (Pratas, 2021). De acordo com a Conta Satélite da Economia Social — 2016 (2019), existem em Portugal 71 885 entidades (ou organizações) sem fins lucrativos, das quais 46% são associações de cultura, recreio e desporto (ver Pratas, 2021).

Apesar dessa forte expressão numérica, as entidades de cultura, comunicação e atividades de recreio representavam em 2016 apenas cerca de 5% do total do emprego remunerado e do VAB — Valor Acrescentado Bruto das entidades sem fins lucrativos (ver Conta Satélite — 2016). Isto explica-se pela trajetória e contributo histórico das coletividades e pelo papel ocupado por si na sociedade portuguesa: trata-se de associações tradicionais, fortemente baseadas no capital humano (dirigentes, voluntários e associados), na sua grande maioria locais e de pequenas dimensões, fundadas para serem polos de agregação social e socialização comunitária, promoção de cultura,

---

2 Entende-se aqui por MAP o conjunto de associações de base social fundamentalmente popular cuja ação na sociedade portuguesa se pauta reconhecidamente por apresentar um enorme interesse social (Flor, 2003).

recreação e desporto. São espaços de cultivo de memórias, práticas culturais tradicionais, referências para indivíduos de todas as idades. São assim entidades cuja principal vocação não se pode medir por valores económicos e sim pela importância social gerada pela sua presença e atuação.

Um dos principais objetivos dos estudos sobre associativismo desde Alexis de Tocqueville (1977) é identificar o papel e impactos das associações para com os planos social, económico e político. Mark Warren, um dos principais teóricos contemporâneos do associativismo, desenvolveu na obra *Democracy and Association* (2001) um enquadramento analítico para a compreensão dos efeitos produzidos pelas associações nos diferentes âmbitos e principalmente para com a democracia. Neste sentido, surge a pergunta: quais os efeitos (no plano social, económico, cultural, para a democracia) das associações de cultura, recreio e desporto? Estas associações exercem um papel importante no processo de socialização dos indivíduos. Além desse efeito, este tipo associativo é impactante em seis áreas específicas: reforço da coesão social e da coesão territorial; promoção da saúde e bem-estar das populações; democratização da cultura e desporto; outros efeitos democráticos; e efeitos no plano económico (Pratas, 2021).

No âmbito da coesão social, cabe destacar que:

- a) as associações de cultura, recreio e desporto são agregadoras — a densificação urbana e metropolitana veio acentuar a heterogeneidade social e dos estilos de vida, a generalização do anonimato e da individualização. E veio destruir as relações de solidariedade de cariz comunitário. As associações de cultura, recreio e desporto contrariam esse fenómeno;
- b) favorecem a integração intergeracional — veja-se o que acontece, por exemplo, com as bandas filarmónicas — que integram homens e mulheres de várias idades, profissões e classes (Lourosa, 2012: 108);
- c) são essenciais para a integração dos idosos;
- d) e promovem o sentimento de pertença (ver Pratas, 2021).

Contribuem, igualmente, para uma maior coesão territorial: “Em zonas de baixa densidade populacional, por vezes são a única instituição social que existe. Recebe-se o correio, vende-se pão, funciona como centro de convívio. Há até situações em que é lá que se vai cortar o cabelo” (entrevista citada por Pratas, 2021). Além disso, é particularmente relevante a sua importância para a saúde mental, física e para a felicidade dos indivíduos.

Lima (2018: 69-70) explica esse efeito: “a interação social não nos traz ‘apenas’ felicidade (ou desespero): a relação com os outros afeta a nossa saúde. Sim, é mesmo verdade: ter boas relações com os outros contribui para estarmos menos suscetíveis a doenças e para uma maior esperança de vida”. Num estudo posterior (2019), Lima procura desenvolver a tese de que a participação associativa não é apenas “uma questão de civismo, é uma questão de saúde e de felicidade”:

O tempo empregue em prol das associações, o esforço que dedicamos a instituições coletivas, o trabalho que fazemos para os outros, por iniciativa própria e sem esperar

compensações é, tem mostrado a investigação, extremamente bem empregue. Embora ninguém faça voluntariado ou se empenhe numa organização associativa para conseguir vantagens pessoais, o certo é que este altruísmo compensa. Em termos de maior sentido para a vida — por sentirmos que participamos em algo maior do que nós, que vai para além do corriqueiro do dia a dia e que contribui com um bocadinho para um mundo um pouco melhor. Em termos de maior ligação aos outros — tanto enquanto coletivo, como na criação de cumplicidades, laços de ajuda mútua e de solidariedade (Lima, 2019: 25).

Outro efeito relevante diz respeito à promoção do acesso por todos à cultura e ao desporto. De acordo com a Constituição da República Portuguesa, “todos têm direito à cultura” (n.º 1 do artigo 73.º), bem como à “cultura física e ao desporto” (n.º 1 do artigo 79.º). A Constituição explica como é que devem ser concretizados tais direitos:

O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais (n.º 3 do artigo 73.º).

“Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto” (n.º 2 do artigo 79.º).

As associações de cultura, recreio e desporto promovem ainda outros efeitos democráticos:

- a) a promoção da cooperação e participação cidadã — são uma “escola de cidadania”;
- b) ao nível institucional, são referidas as parcerias com os poderes públicos; e a representação de interesses (das comunidades e do movimento associativo popular) (Pratas, 2021).

Pratas (2021) identifica os principais efeitos económicos deste tipo associativo: criam emprego; enquadram muitas horas de trabalho voluntário, sobretudo por parte de dirigentes; pagam impostos; e são essenciais na dinamização da economia local.

Como sublinha Taborda (2020: 136), estes efeitos podem ser potenciados por meio de incentivos, tais como incentivos financeiros, políticos, legislativos e científicos, sendo que a ausência dos mesmos produz o efeito contrário de enfraquecimento das capacidades de atuação das associações (Taborda, 2020: 136; no mesmo sentido, ver Pratas, 2016: 46).

### *A pandemia da covid-19 e a narrativa da crise*

Há uma narrativa com fortes raízes nas associações de cultura, recreio e desporto: a de que o associativismo está em crise — crise que vai atravessando diferentes épocas (Pratas, 2021). Narrativa que “é o resultado da idealização de um passado glorioso que supostamente teria perdido dinâmica e se encontra em processo de decomposição” (Capucha e Nunes, 2020: 161).

Pratas (2021) questionou os dirigentes das estruturas representativas do associativismo popular sobre a existência de uma crise antes da pandemia. A maioria dos dirigentes respondeu que não havia crise: que havia problemas (como o da dificuldade no recrutamento de novos dirigentes), mas não uma crise. O que revela forte sentido crítico destes dirigentes — que não reproduzem a narrativa dominante.

E o presente? Como podemos qualificar a situação das associações de cultura, recreio e desporto hoje (em contexto de pandemia)? A questão foi colocada aos dirigentes do CNAP — Conselho Nacional do Associativismo Popular e estruturas da CPCCRD, por Pratas (2021). A resposta (tirando a realidade específica dos cineclubes) foi unânime: as associações estão a “passar uma das suas maiores crises”. Crise que é generalizada, mas tem algumas nuances:

- a) crise financeira (mantiveram-se as despesas e as receitas foram substancialmente reduzidas) — crise que foi atenuada (ou mesmo resolvida) em vários concelhos do país, com o apoio das autarquias locais, fundamentalmente dos municípios.
- b) encerramento das sedes e muitas atividades — com todas as consequências daí decorrentes.
- c) desmobilização de dirigentes e associados — e encerramento definitivo de associações.

Num estudo desenvolvido por Gama (2020: 178) sobre os impactos da pandemia no setor cultural português, com recurso à pesquisa de títulos de notícias durante os primeiros meses de pandemia, verificam-se três ideias principais que encontram igualmente relevância no presente capítulo:

- 1) impactos negativos (*e.g.* adiamento/cancelamento de eventos, suspensão de atividades, encerramento de instalações); 2) papel do Governo e das autarquias locais na mitigação dos impactos; 3) iniciativas concretas promovidas por profissionais e organizações do setor cultural.

A paragem geral e repentina de atividades, modalidades e iniciativas de carácter fortemente presencial, o encerramento de instalações, a diminuição de receitas e manutenção de despesas, o aumento da indeterminação sobre a capacidade de manter compromissos e contratos em vigor foi um cenário partilhado, embora em diferentes dimensões, pelo setor cultural nacional e também internacional (Naves, 2020). Para as associações de cultura, recreio e desporto, muito assente no voluntariado e benevolência dos seus dirigentes, somou-se ainda o interregno do

funcionamento dos órgãos sociais e de processos de calendarização eleitoral (Flor, 2020).

Graça (2021) refere uma outra consequência, com impacto na vida destas associações, o “discurso antiassociativo”: “A pandemia fragmentou a sociedade, acentuando de forma dramática o isolamento pessoal, a solidão e o individualismo. As sociedades sujeitas a medidas sanitárias muito severas, em defesa da saúde pública, tendem a fragmentar-se, tornando mais atraente o discurso antiassociativo”.

## Metodologia

### *Primeira aproximação*

Na escrita deste capítulo refletiu-se sobre a complexidade de se desenvolver estudos científicos sobre a pandemia durante a pandemia. Recorrendo aos postulados de Pierre Bourdieu, uma dimensão da profissão de sociólogo demonstrou-se particularmente relevante, considerando o trabalho que se propõe com este capítulo: as dificuldades da reflexão sociológica sobre fenómenos que estão a acontecer no imediato, de se estudar o presente, alargadas em momentos de crises extraordinárias, como a pandemia da covid-19 veio enfatizar. Analisar o fenómeno enquanto este ocorre exige “vigilância epistemológica”, o cuidado e atenção com os limites das ferramentas conceituais ou técnicas utilizadas (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1999). O sociólogo assevera ainda que “o pesquisador só pode chegar depois da festa, quando os lampiões foram apagados e os cavaletes retirados, e com um produto que não tem mais nenhum dos charmes do *impromptu*” (Bourdieu, 2011: 208).

Considerando a complexidade e heterogeneidade própria do campo associativo, a maior parte das pesquisas realizadas procuram estudar casos específicos, quer de tipos associativos (sindical, profissional, voluntário/popular, social, etc.), como de casos particulares de associações, desenvolvidos grandemente a partir de monografias encomendadas e amadoras (Melo, 2007). Também são comuns estudos sobre o contexto associativo existente em determinadas freguesias, concelhos e distritos, comparativos ou não.

Os estudos de caso são estratégicos no âmbito sociológico, por permitirem graus de generalização, em que através da apreensão de casos particulares se torna possível compreender fenómenos mais universais. Nos estudos sobre associativismo, Taborda (2020: 130) defende ser este, enquanto “objeto de investigação sociológica ou política”, objeto de estudo “que não se permite apreender suficientemente apenas em termos de estudos macro. É no “chão de fábrica” das OSC [organizações da sociedade civil], conversando com os atores, que podemos mais efetivamente compreender seus contornos, dinâmicas e funções socioetais”. Neste âmbito, os incentivos de ordem informacional têm influenciado grande e positivamente o quotidiano associativo, permitindo uma atuação mais estratégica, assim como o fortalecimento das coletividades.

O presente estudo propõe-se a analisar o impacto da pandemia de covid-19 nas associações culturais, desportivas e recreativas dos concelhos do Barreiro e

de Loures, a partir de uma estratégia metodológica extensiva, assente em informação recolhida e disponibilizada por duas estruturas descentralizadas da CPCCRD, durante o ano de 2020 e o início de 2021. O campo analítico cinge-se ao associativismo cultural, desportivo e recreativo dos dois concelhos, as unidades de observação às associações filiadas na Associação das Coletividades do Concelho do Barreiro e na Associação das Coletividades do Concelho de Loures (Quivy e Campenhoudt, 1998).

Em Portugal, existem aproximadamente 33 mil organizações associativas de natureza cultural, recreativa e/ou desportiva, distribuídas assimetricamente pelo território nacional (INE, 2020). A Área Metropolitana de Lisboa (AML) ocupa o terceiro lugar entre as regiões com maior prevalência de associações, coletividades e clubes (19,6%), com uma média de 2,3 associações por mil habitantes, atrás das regiões Norte e Centro (31% e 28,6%, respetivamente). Dos municípios constitutivos da AML, o INE apontava, em 2016, para 165 associações sediadas no concelho do Barreiro (*ibidem*), entre coletividades de cultura, recreio e desporto, mas também associações profissionais, de estudantes, de pais, instituições de solidariedade social, grupos de escoteiros e escuteiros, entre outras<sup>3</sup>. Desse conjunto, cerca de 50 associações estão filiadas na Associação das Coletividades do Concelho do Barreiro. Por sua vez, em Loures, o INE registou a presença de 318 associações no concelho, porém, para a autarquia somente metade se constituem como associações de cultura, recreio e desporto e têm atividade permanente (Capucha, Nunes e Ávila, 2019). Do conjunto apontado, 96 associações estão filiadas na ACCL.

#### *Processo de recolha e tratamento dos dados*

A presente investigação desenvolveu-se a partir de uma estratégia metodológica mista (Bryman, 2004, Creswell, 2012), recorrendo-se a técnicas extensivas/quantitativas com a aplicação de inquéritos por questionário e a técnicas intensivas/qualitativas com a realização de quinze entrevistas semidiretivas. Os dados provieram de fontes secundárias e foram recolhidos e disponibilizados pelas duas estruturas descentralizadas da CPCCRD à equipa de investigação.

No município do Barreiro, a análise foi construída com base em dois conjuntos de dados recolhidos pela ACCB: os primeiros obtidos a partir de um inquérito por questionário *online* dirigido às associações do concelho, entre março e maio de 2020, com um total de 22 respostas, complementado com informações recolhidas através de 15 entrevistas semidiretivas (Bryman, 2004), concretizadas no âmbito do projeto Vamos Conversar, Vamos Construir, no último trimestre de 2020. As entrevistas visaram compreender a reabertura e o quotidiano das suas associadas durante último semestre de 2020. Por sua vez, a análise referente ao município de Loures assentou em dados recolhidos pela associação das coletividades do município, através de um inquérito por questionário dirigido às suas filiadas, com

3 Veja-se o Diretório Municipal disponível na página da Câmara Municipal do Barreiro: [https://www.cm-barreiro.pt/cmbarreiro/uploads/writer\\_file/document/14920/ma\\_do\\_concelho\\_do\\_barreiro\\_27abr2020.pdf](https://www.cm-barreiro.pt/cmbarreiro/uploads/writer_file/document/14920/ma_do_concelho_do_barreiro_27abr2020.pdf)



aplicação presencial e *online*, durante o mês de janeiro de 2021, do qual se obtiveram 29 respostas.

Embora a construção dos questionários não tenha sido conjunta, existem, no entanto, questões comuns que permitem desenvolver uma análise comparativa da situação do associativismo popular em cada concelho.<sup>4</sup> Ambos objetivaram a recolha de informações sobre o impacto da pandemia e das medidas adotadas pelas coletividades, particularmente no que concerne à manutenção do funcionamento dos órgãos sociais, das instalações e modalidades, as despesas e receitas, as dificuldades sentidas, os apoios recebidos e prestados.

Nesse seguimento, a grande diferença surge quanto ao período de aplicação dos instrumentos. Enquanto no Barreiro a inquirição ocorreu nos meses iniciais de sinalização da pandemia em Portugal; em Loures, o inquérito foi aplicado aproximadamente um ano após desse início, num novo período de confinamento geral. Se a ACCB pretendia compreender a situação das associações perante um novo cenário, do qual não havia comparativo recente, experiência ou grande previsibilidade; em Loures, quer a situação pandémica, como o decreto do confinamento geral não constituíam já uma novidade.

O esforço complementar empreendido pela ACCB com a realização de entrevistas no último trimestre de 2020 pretendeu exatamente avaliar o período entre o primeiro confinamento e a retoma de atividades, decorrida no verão desse ano, a partir de questões semiabertas centradas no processo de reabertura, o balanço de receitas, despesas e apoios recebidos, assim como as preocupações dos dirigentes associativos quanto ao futuro das coletividades. Esses dados foram tratados a partir da análise de conteúdo, mas também incorporados na análise sob forma de dados quantitativos. Consequentemente, desse exercício decorre uma visão diacrónica sobre a vida associativa nos concelhos em 2020.

Do número de respostas em relação ao total de associações filiadas nas duas estruturas descentralizadas depreende-se que, no caso das organizações associativas inquiridas pela ACCB, a amostra ronda os 44%, ao passo que a percentagem de associações inquiridas pela ACCL se fica pelos 30,2%. No universo das associações sediadas no concelho do Barreiro, a amostra corresponde a 13,3% e em Loures a 9,12%.<sup>5</sup>

Quanto à tipologia das associações inquiridas, observa-se que existe uma prevalência de associações culturais/recreativas e desportivas entre as organizações analisadas (quadro 10.1). Essa prevalência reflete uma maior presença dos dois tipos associativos no movimento associativo dos dois concelhos (ver, por exemplo, Capucha, Nunes e Ávila, 2020). No Barreiro, encontram-se, ainda, entre

---

4 O questionário desenvolvido pela ACCB incluía questões como a data de encerramento das instalações; a manutenção da atividade dos órgãos sociais; a suspensão de atividades; o número de associados e frequentadores (diários); receitas e despesas antes e depois do primeiro confinamento; soluções encontradas para resolver os problemas da associação durante o encerramento; apoios recebidos e prestados. Identicamente, o inquérito desenvolvido pela ACCL questionava sobre o encerramento de instalações; a suspensão de atividades; a existência de planos de retoma e dificuldades previstas; apoios recebidos e prestados; existência de despedimentos; risco de extinção das associações e dificuldades sentidas na sua subsistência.

5 Com base no número total apontado pelo INE, em 2020.

**Quadro 10.1** Tipologia associativa das associações inquiridas, por percentagem

Tipologia/Concelho	Barreiro (%)	Loures (%)
Cultura/Recreio	39,4	52,0
Desporto	33,3	40,0
Solidariedade Social	9,1	
Profissionais, pensionistas e reformados	9,1	—
Migrantes	6,1	
Moradores	3,0	
Ambientais		4,0
Bombeiros	—	4,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Inquérito às associações filiadas na ACCB (2020); Inquérito às associações filiadas na ACCL (2021).

as inquiridas associações de solidariedade social (9,1%), associações profissionais e/ou de pensionistas/reformados (9,1%), bem como associações de migrantes (6,1%) e de moradores (3%). Entre as inquiridas no município de Loures, surgem também associações ambientais e de bombeiros (4% cada).

O retrato associativo que aqui se apresenta elabora a situação das associações inquiridas nos dois concelhos diante de um contexto pandémico inesperado, ao qual tiveram de dar resposta, procurando mitigar os efeitos nas suas organizações e comunidade. São dados que incrementam a compreensão de como as associações foram influenciadas pela pandemia da covid-19, através de dados recolhidos e organizados por entidades representativas do próprio campo do associativismo popular. Nesse sentido, o exercício importa, por si só, quanto ao conjunto de análise, pelo pioneirismo, mas também como passo inicial para uma análise mais geral que fica por concretizar, quanto aos efeitos da pandemia nas coletividades de cultura, recreio e desporto em Portugal.

Traduz igualmente a capacidade de resiliência e de adaptação das associações perante a situação vivida e os obstáculos encontrados. Como se verá adiante, embora as associações tenham sido grandemente afetadas no seu quotidiano, demonstraram capacidade de (re)organização para enfrentar as dificuldades, reorientando esforços no sentido de responderem a desigualdades sociais agravadas pela pandemia. Ademais, o próprio esforço empreendido pela ACCB e ACCL é revelador da proatividade dessas organizações, no sentido de estarem informadas sobre as suas filiadas e procurarem cooperar na compreensão das suas realidades, impactos e desafios, com a realização de balanços e diagnósticos, mas também pela disponibilização de informação e colaboração com a academia e as investigações que nessa têm espaço.

## O impacto da pandemia de covid-19

### *Barreiro*

No inquérito por questionário aplicado pela ACCB nos meses iniciais de pandemia, a totalidade das associações referiram ter encerrado as suas instalações, sendo que na grande maioria a suspensão de atividades foi determinada antes da aprovação do primeiro Estado de Emergência, a 18 de março de 2020. Tal decisão baseou-se, por um lado, no consenso entre os dirigentes associativos das coletividades e, por outro, na orientação emanada pela CPCCRD para encerramento das suas instalações e suspensão de atividades entre o dia 5 de março e o dia 30 de junho (ver Flor, 2020).

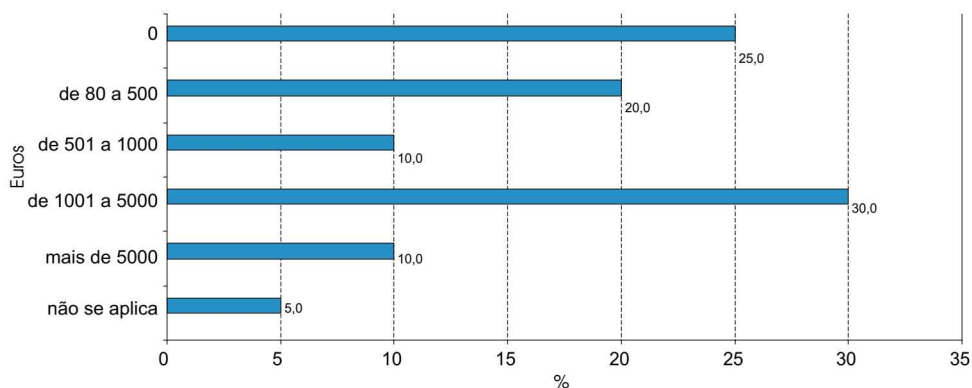
Não obstante, o fecho de instalações e o cancelamento de atividades não se concretizou na paralisação integral do movimento associativo barreirense: 90,5% das coletividades inquiridas mantiveram a atividade dos seus órgãos sociais e 83% funcionaram em regime exclusivo de teletrabalho ou em regime misto (70% e 13%, respetivamente).

Volidos seis meses da aplicação do questionário, a ACCB desenvolveu conversas com os dirigentes associativos com base num guião de perguntas, do qual fazia parte uma questão sobre o balanço das atividades canceladas. Deste exercício depreende-se que a totalidade de associações, ouvidas até dezembro de 2020, cancelou algum tipo de iniciativa e/ou atividade, com maior preponderância para as culturais, recreativas e desportivas, seguidas de festas tradicionais/populares e eventos a si afetos, bem como de iniciativas relacionadas com os aniversários e/ou outros dias festivos.

Entre as principais dificuldades a enfrentar perante a reabertura, os dirigentes das coletividades barreirenses indicaram a perda de associados, frequentadores e praticantes, situação que pode conduzir ao encerramento de diversas modalidades, assim como alguma apreensão em relação à situação financeira da coletividade. Seguidamente, surgiram preocupações ligadas à possibilidade de novos confinamentos gerais; a incapacidade de garantir as condições de higiene e segurança para o desenvolvimento da vida associativa e a falta de materiais. Existiram também associações que referiram não ter nenhuma apreensão com a reabertura.

Neste seguimento e tendo por base as informações obtidas no último trimestre de 2020, evidencia-se que grande parte das associações reabriu as suas instalações e retomou as atividades no mês de junho. Todavia, essa retoma ficou muito aquém do funcionamento habitual: as coletividades reportaram uma atividade que rondava os 25% comparativamente ao período pré-pandemia. Houve ainda duas associações que referiram ainda não ter retomado atividade no final do ano.

Apurou-se também que mais de metade das associações auscultadas obtiveram apoio da Câmara Municipal do Barreiro, existindo também organizações associativas apoiadas pela Câmara Municipal da Moita, em decorrência da importância da sua ação também neste concelho; pela sua união/junta de freguesia e por outras associações locais. Reporta-se também a existência de coletividades que referiram não ter recebido qualquer auxílio durante o mesmo período.



**Figura 10.1** Diferença entre valor realizado antes e depois do primeiro confinamento (%) (n=21)

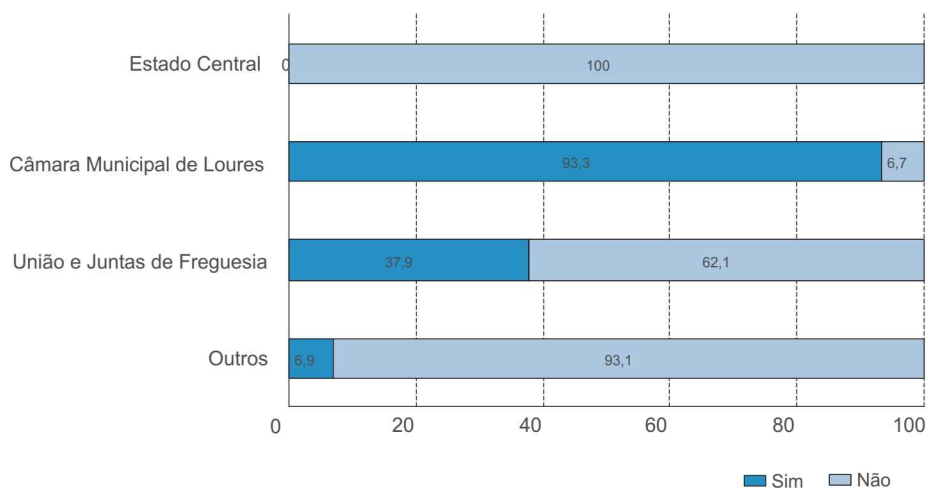
Fonte: ACCB, (2020).

Em último lugar, considerando os dados sobre o impacto financeiro das restrições impostas no âmbito da pandemia da covid-19, observam-se diferenças significativas entre a situação reportada no início e no final do ano.

Entre valores realizados antes e depois dos primeiros meses de confinamento evidencia-se, primeiramente, que 1/4 das associações inquiridas reportou não ter existido divergência de valores (0 euros); 30% referem ter uma diferença entre 80 euros a 1000 euros e outros 30% entre 1001 euros a 5000 euros. Entre valores mais avultados, 10% das associações afirmaram registar diferenças de mais de 5000 euros relativamente ao período anterior à pandemia (figura 10.1). Por sua vez, entre outubro e dezembro de 2020, todas as associações reportaram ter prejuízos de elevado valor, sendo que a proporção de coletividades com perdas acima dos 10.000 euros aumentou consideravelmente. A referência ao encerramento de instalações específicas como bares e atividades surge frequentemente como justificação para uma situação em que as despesas continuam elevadas ante as receitas. Encontram-se também dirigentes associativos que referem continuar a cumprir os compromissos com os funcionários, com uma gestão sustentável dos recursos, sem assegurarem a continuidade da mesma. Falamos, pois, de coletividades que no fim do ano aludiam a prejuízos entre os 50% e os 75%.

### Loures

No concelho de Loures, também a quase totalidade das associações inquiridas pela Associação das Coletividades do Concelho de Loures declarou ter fechado portas em decorrência do segundo confinamento, em janeiro de 2021 (89,7%). As associações que responderam não ter encerrado as instalações correspondem especificamente a organizações associativas que não possuem sede e que mantinham já parte da sua atividade em regime *online*, como associações de tipologia ambiental; associações vinculadas aos trabalhadores da autarquia, de empresas municipais e/ou



**Figura 10.2** Existência de apoio às associações desde março de 2020, por entidade (%)

Fonte: ACCL, (2021).

entidades criadas/participadas pelo município; e associações com atividades de ação social.

Quando se considera o tipo de atividades e iniciativas canceladas destacam-se particularmente as desportivas e as culturais, surgindo depois atividades e iniciativas de lazer e recreio, mas também eventos festivos (como aniversários das associações) e outras iniciativas de âmbito variado, situação que encontra paralelo com as informações analisadas para o movimento associativo popular do concelho do Barreiro.

As medidas adotadas para a contenção da infeção por covid-19 tiveram, desde o início, um forte impacto na vida das coletividades de cultura, recreio e desporto. Esse efeito foi agravado pelo prolongamento da pandemia e, conseqüentemente, pela prorrogação do Estado de Emergência. A parcial ou quase total inatividade levou as associações populares a uma situação difícil, em que os apoios centrais, locais e ou de outras entidades ganharam maior preponderância para a subsistência do MAP.

No concelho de Loures, desde março de 2020, os apoios para o movimento associativo advieram sobretudo da Câmara Municipal de Loures (93,3%) e da união/junta de freguesia (37,9%), evidenciando-se uma preponderância destacada para a primeira entidade (figura 10.2). Somente cerca de 7% das associações referiram ter usufruído de apoio de outras entidades, sem referirem quais. Nenhuma coletividade reportou ter recebido apoio por parte do Estado Central, similarmente ao demonstrado pelos dados relativos ao Barreiro.

Questionados sobre as principais dificuldades que enfrentarão na retoma da sua atividade, os dirigentes destacam principalmente a falta de apoio financeiro, numa situação de ausência de receitas e permanência das despesas, bem como a dificuldade em recuperar e aumentar o número de membros e de participantes nas





**Figura 10.3** Existência do risco de extinção da associação (%)

Fonte: ACCL, (2021).

iniciativas. Algumas coletividades reportaram ainda a desmotivação dos órgãos sociais e dos seus recursos humanos, face à situação vivida, tendo consequência não somente no desenrolar do quotidiano associativo, mas também na composição de direções, mesas de assembleia geral e conselho fiscal. São também apontadas dificuldades em relação à ausência de diretrizes governamentais e à possibilidade de prolongamento dos estados de emergência.

Estas questões adquirem uma relevância distinta decorrido um ano de crise pandémica, pautado por restrições, encerramentos e retomas parciais. Além da diminuição ou inexistência de receita, a situação financeira das coletividades é agravada pela quebra da cobrança de cotização. A este bolo somam-se as despesas dos compromissos assumidos e assegurados com fornecedores, funcionários e prestadores de serviços. As dificuldades do presente e as incertezas quanto ao futuro conduzem a que 45,3% das coletividades assumam estar em risco de extinção e 4,5% considerem que ainda não, não descartando, no entanto, essa possibilidade (figura 10.3). Ainda assim, é relevante ressaltar que 50% das organizações associativas refere não estar sob esse risco.

### Os apoios (públicos e privados) em período de pandemia

Em Portugal, e apesar das várias iniciativas e propostas apresentadas pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, o Estado tardou a reagir: só em fevereiro de 2021 é que foi publicitada a primeira iniciativa de apoio ao setor da cultura “no contexto de resposta à pandemia da doença covid-19” (a Portaria n.º 37-A/2021, de 15 de fevereiro).<sup>6</sup>

6 Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/157397604>.

Tal portaria veio aprovar o Regulamento das Medidas de Apoio à Cultura, que integra vários programas específicos, como dois que visam o apoio a entidades artísticas singulares e coletivas que prossigam atividades de natureza não comercial (incluindo as associações de cultura, recreio e desporto):

- a) garantir Cultura: apoio a fundo perdido para criação e programação culturais (12 milhões de euros). Depende da publicação de aviso do Ministério da Cultura (ainda por publicar);
- b) apoios no âmbito das direções regionais de cultura: apoio às entidades artísticas não profissionais, no montante de 407.000 euros. Depende da abertura de candidaturas, ainda por abrir.

Além desse apoio houve muitos municípios e freguesias que criaram linhas para apoio extraordinário às associações e que chegaram logo em 2020. Tais apoios autárquicos foram essenciais para mitigar os impactos da pandemia.<sup>7</sup> No entanto, sendo apoios locais, não chegaram a todas as associações.

Além desses apoios públicos, merece ainda referência o apoio prestado pela CPCCRD, ao longo de todo este período: foram elaboradas e divulgadas 16 notas informativas; foi prestado apoio jurídico a todas as associações que o solicitaram; e foi elaborado um código de conduta (juntamente com a Direção-Geral de Saúde) para ajudar as associações no regresso à atividade. Verificou-se, por outro lado, um decréscimo acentuado dos apoios das empresas locais, também elas confrontadas com os efeitos da pandemia da doença da covid-19.

## Conclusão

A crise pandémica, que emergiu no início do ano de 2020, veio exacerbar a já difícil situação das associações de cultura, recreio e desporto em Portugal. Pelas suas características e âmbitos de atuação, o associativismo popular foi fortemente afetado pelas restrições impostas: distanciamento físico, confinamento da população, encerramento de instalações e suspensão de atividades. A crise de saúde pública somou-se a debilidades antigas derivadas do estrutural subfinanciamento público ao setor cultural, no qual o movimento associativo é incluído (Gama, 2020). Os apoios públicos advieram (e advêm) grandemente das autarquias e juntas de freguesia (Flor, 2020), variando consoante a atenção e reconhecimento que o poder local atribui ao movimento associativo.

---

7 Dois exemplos:

O Município de Loures transferiu, em 2020, para apoio às associações de cultura, recreio e desporto, cerca de 707.000 euros (mais 130.000 euros do que em 2019). E prevê transferir em 2021 uma verba de 906.000 euros.

O Município do Barreiro implementou, em 2020, programas de apoio para o MAP, cujo valor e tipo não estão disponíveis para consulta pública. No início do presente ano, a autarquia anunciou um programa de Apoio Extraordinário à Tesouraria, aberto às candidaturas em fevereiro, e que se concretiza num apoio de 122.000 euros.

Ainda assim, muitas associações continuaram a sua atividade, readaptando modalidades e iniciativas para a via *online*, outras procuraram responder a necessidades básicas criadas e/ou agravadas pela pandemia, reanimando os valores de solidariedade e entreajuda, que estão na sua gênese. Essas respostas foram promovidas, em diferentes escalas e em articulação com as políticas sociais de cada território e entidade administrativa local.<sup>8</sup>

Portanto, o estudo empreendido possibilitou compreender as principais estratégias adotadas pelas associações em períodos de crises, sendo a principal a readequação de práticas de atuação e organização. O associativismo popular adaptou-se, priorizando sobreviver e manter-se em funcionamento. A realocação de atividades e regime de trabalho para o formato virtual é exemplar desse fenômeno: mesmo com dificuldades, dado serem as formas de atuação das coletividades maioritariamente em formato presencial, estas associações procuraram incorporar modalidades *online* de atividades e do uso de *sites*, redes sociais, e mesmo recursos de campanhas de captação de recursos. Esta inclusive foi apreendida como uma dimensão que precisa de ser melhor estudada: quais os impactos, para as associações de cultura, recreação e desporto, que conforme já dito anteriormente, figuram enquanto um dos tipos associativos mais tradicionais e antigos da sociedade portuguesa, da agregação de modalidades digitais de atuação?

Os reais impactos do período pandémico nas estruturas associativas e, de uma forma mais lata, na sociedade estão ainda por apurar: além das consequências financeiras e do desemprego de funcionários das coletividades, o cancelamento das atividades, o afastamento de dirigentes, sócios e praticantes, a par com o fecho de bares e salas de convívio teve efeitos ainda pouco acautelados no aumento de sentimentos de solidão, isolamento, de privação e de desintegração social. A crise pandémica veio, por isso, incrementar a necessidade de se delinearem políticas públicas e medidas que atentem e respondam às exigências do tempo presente (Neves, 2020). Importa criar políticas que corporalizem o disposto na Constituição portuguesa, que reconheçam efetivamente o papel das associações populares na construção sociedade mais justa, fraterna e solidária.

## Referências bibliográficas

- Barros, José Márcio (2020), “E-participação social, pandemia e a lei de emergência cultural. Cultura e pandemia”, *Boletim Observatório da Diversidade Cultural*, 89 (3).
- Bryman, Alan (2004), *Social Research Methods*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Bourdieu, Pierre, J. C. Chamboredon e J. C. Passeron (1999), *A Profissão de Sociólogo, Preliminares Epistemológicos*, Petrópolis, Vozes.
- Bourdieu, Pierre (2011), *Homo Academicus*, Florianópolis, EdUFSC.

---

8 Note-se que se assistiu a uma maior mobilização “assistencialista” nos primeiros meses de pandemia, quando as políticas sociais de resposta à crise ainda não tinham sido definidas.



- Capucha, Luís, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (2020), *Estudo do Movimento Associativo Popular do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Capucha, Luís e Nunes, Nuno (2020), “Posfácio”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures — 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Conta Satélite da Economia Social 2016 e Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018 (2019), Lisboa, CASES — Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e INE — Instituto Nacional de Estatística.
- Creswell, John W. (2012), *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*, Califórnia, SAGE Publications.
- Flor, Augusto (2003), “Movimento associativo de raiz popular: expressão de vontades coletivas”, *O Militante*, 265.
- Flor, Augusto (2020), “O movimento associativo popular na resposta à epidemia covid-19”, *Poder Local — A Afirmação do Poder Local. O Poder Local na resolução dos problemas das populações*, 158.
- Gama, Manuel (2020), “Impactos da covid-19 no setor cultural português: primeiros apontamentos de um estudo em curso”, em Manuela Martins e Eloy Rodrigues (orgs.), *A Universidade do Minho em Tempos de Pandemia: Tomo III: Projeções*, Braga, UMinho Editora.
- Graça, Eduardo (2021), “Editorial”, *Economia Social. Leituras & Debates*, 14.
- INE e CASES (2018), *Inquérito ao Trabalho Voluntário: Edição de 2019*, Instituto Nacional de Estatística.
- INE e CASES (2019), *Conta Satélite da Economia Social 2016: Edição de 2019*, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2020), *Estimativas Anuais da População Residente*, Instituto Nacional de Estatística.
- Leitão, Simão Cardoso, Gustavo Pereira, Joaquim Ramos e Alexandre Silva (2009), *Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. Uma Caracterização do Associativismo Confederado em Portugal*, Lisboa, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Lima, Maria Luísa Pedroso de (2018), *Nós e os Outros. O Poder dos Laços Sociais*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Lima, Maria Luísa Pedroso de (2019), “Associem-se! Pela Vossa Saúde!”, *Análise Associativa*, 6.
- Lourosa, Helena Maria Matos (2012), *À Sombra de Um Passado por Contar: Banda de Música de Santiago de Riba-Ul*, tese de doutoramento em música, Universidade de Aveiro.
- Melo, Daniel (2007), “Bibliografia seleccionada e anotada do associativismo voluntário português/em Portugal”, *Boletim OBS, 15*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Neves, José Soares (2020), “O sector artístico e cultural, impactos e desafios da crise provocada pela covid-19”, em Renato do Carmo, Inês Tavares e Ana Filipa Cândido (orgs.), *Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro*, Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE.
- Pratas, Sérgio Manuel (2021), “O movimento associativo popular — raízes e futuro”, *Economia Social. Leituras & Debates*, 12.

- Pratas, Sérgio Manuel (2016), *Um Outro Olhar sobre o Associativismo Popular*, Lisboa, CPCCRD.
- Taborda, Luana do Rocio (2020), "Configurações associativas e interações entre organizações da sociedade civil e Estado: Brasil e Portugal em perspectiva comparada", *Revista Análise Associativa*, 7.
- Quivy, Raymond e LucVan Campenhoudt (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Tocqueville, Alexis (1977), *A Democracia na América*, Belo Horizonte, Itatiaia.
- Viegas, José Manuel Leite (2014), "Associativismo, sociedade civil e democracia", *Análise Associativa*, 1.
- Warren, Mark (2001), *Democracy and Association*, Princeton, Princeton University.

